



A reforma agrária brasileira na visão de pesquisador italiano: contribuições para entendimento da questão agrária no Brasil

Amilcar Baiardi¹
Paulo Freire Mello²

Resumo: O presente artigo pretende destacar a contribuição de pesquisador estrangeiro para entendimento do processo de reforma agrária no Brasil e dos seus resultados. Essa contribuição não é inédita e guarda semelhança com a assistência técnica oferecida aos colonos italianos que imigraram para o Brasil por engenheiros agrônomos-pesquisadores vinculados ao Instituto Agronomico Oltremare (IAO), ocorrida nas primeiras décadas do século XX. A contribuição recente consistiu na elaboração e na defesa de uma tese de láurea junto à Universidade de Bolonha, cujo tema é a “Questão Agrária no Brasil e a Análise da Produtividade das Áreas de reforma agrária”. A metodologia utilizada por este artigo contempla análise histórico comparativa das reflexões contidas na tese com as de autores brasileiros que abordam a natureza e o papel da reforma agrária na contemporaneidade, bem como a performance dos assentamentos em termos de produtividade. Fez também parte dos procedimentos metodológicos a visita ao acervo do IAO na Itália. Espera-se com o mesmo dar visibilidade à tese de Davide Erdas (2006) e contribuir com o perene debate sobre oportunidade e os resultados da reforma agrária.

Palavras-chave: Colonização Italiana; Agricultura Familiar; Transferência De Tecnologia; Reforma Agrária.

Brazilian agrarian reform from the perspective of an italian researcher: contributions to understanding the agrarian issue in Brazil

Abstract: This article aims to highlight the contribution of a foreign researcher to understanding the Agrarian Reform process in Brazil and its results. This contribution is not unprecedented and is similar to the technical assistance offered to Italian settlers who immigrated to Brazil by agronomist-research engineers linked to the Instituto Agronomico Oltremare (IAO), which occurred in the first decades of the 20th century. The recent contribution consisted of the preparation and defense of a degree thesis at the Bologna University, whose theme is the “Agrarian Question in Brazil and the Productivity Analysis of Agrarian Reform Areas”. The methodology used in this article includes a comparative historical analysis of the reflections contained in the thesis with those of Brazilian authors who address the nature and role of agrarian reform in contemporary times, as well as the performance of settlements in terms of productivity. Also, as part of the methodological procedures it happened a visit to the IAO collection in Italy. It is expected to give visibility to Davide Erdas' thesis (2006) and contribute to the perennial debate on opportunity and the results of agrarian reform.

Keywords: Italian Colonization; Family Farming; Technology Transfer; Agrarian Reform.

¹ Universidade Católica do Salvador (UCSal), Brasil. *Autor correspondente: amilcar.baiardi@gmail.com

² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Brasil.

Introdução

O presente artigo objetiva dar conhecimento a uma contribuição acadêmica sobre o processo de reforma agrária brasileiro, focada no desempenho de produtores em assentamentos localizados na Bahia. A mesma se dá na forma de uma tese de láurea defendida na Alma Mater Studiorum Università di Bologna, cujo título é *La questione agraria in Brasile, analisi della produttività delle aree di riforma agraria*, de autoria de Davide Erdas (2006). Na sua elaboração, o autor procedeu ampla revisão bibliográfica sobre a necessidade, o surgimento e o desenvolvimento da reforma agrária no Brasil, bem como conduziu investigação empírica em assentamentos. A referida contribuição do pesquisador italiano é, metodologicamente, o material que se investiga e para efeito de contextualização foi considerada, mutatis mutandis, um estudo semelhante aos encontrados no numeroso acervo de relatórios técnicos elaborados por agrônomos italianos visando dar suporte às decisões concernentes ao que produzir e como produzir nas colônias formadas pelos imigrantes conacionais que se tornaram colonos no Brasil. Estes relatórios técnicos tratavam de aspectos agrônômicos e econômicos como mercado e comercialização e se constituíam em compromisso, inicialmente do Reino da Itália e, posteriormente da República Italiana, com seus súditos/cidadãos que imigraram para o Brasil.

Do ponto de vista de sua inserção temática, o presente texto se define como pertencendo às áreas de conhecimento da história econômica, mais precisamente Escola Neo Institucionalista, com contextualizações e análises comparativas, dialogando com o campo de ciências sociais aplicadas na avaliação de políticas públicas, no caso a política de reforma agrária. Sua abordagem é histórico-dedutiva e o método utilizado é o da construção e reconstrução de narrativas contemplando o entorno e vendo os fatos históricos como condicionados pela infraestrutura e pela superestrutura econômica e social, consoante o sugerido pela corrente de historiadores que emerge dos *Annales d' Histoire Économique et Sociale* (1929/1989) (SAMUELS *et al.*, 2003) (BAIARDI, 2020).

Quanto aos procedimentos, iniciou-se por uma análise histórico comparativa das reflexões de Davide Erdas (2006) vis a vis autores brasileiros que abordam supostos mais gerais da natureza e do papel de uma reforma agrária na contemporaneidade, com base nas contribuições de Caume (2005), Esquerdo e Bergamasco (2013), Nakatani, Faleiros e Vargas (2012) e Mattei (2014a, 2014b). Em continuação se comparou os resultados de Erdas (2006) no concernente à performance dos assentamentos, com os resultados obtidos por Mello (2016a e 2016b) e Bergamasco e Ferrante (1998). Ainda como parte dos procedimentos metodológicos, deu-se curso a duas atividades: 1) a revisão da literatura que analisa a cooperação italiana na assistência técnica aos colonos sediados no Brasil, sua gênese e evolução desde o início da colonização e 2) consulta,

guiada pelo inventário da documentação inédita elaborado por Caserta (1996a; 1996b, 1996c), do acervo do Istituto Agronomico Oltremare (IAO), localizado em Firenze, Itália, no qual se encontra a totalidade dos relatórios elaborados pelos engenheiros agrônomos que visitaram o Brasil.

A Imigração Italiana para o Brasil

A imigração italiana para o Brasil pode ser classificada como de povoamento, que iniciou em 1875 e perdurou até meados do século XX, e de substituição do trabalho escravo na cafeicultura, um outro fluxo que teve início, oficialmente, em 1878. A primeira, destinada às áreas despovoadas, teve seu ápice entre 1880 e 1930, tendo, praticamente, finalizado logo após a Segunda Guerra Mundial. Seu grande legado foi a incorporação de áreas despovoadas para a produção de alimentos, estabelecendo em maior escala a agricultura familiar voltada para o abastecimento, diferente da plantation cafeeira, do complexo agro açucareiro e da cotonicultura, que configuravam o agro brasileiro de então. O Estado italiano, após a unificação e na sua fase imperial, sentia-se responsável pelo sucesso das várias colonizações agrícolas negociadas com governos da América Latina, Brasil, inclusive (CENNI, 2011). Estes fluxos imigratórios, não só de italianos, mas de outras nacionalidades não ibéricas, foram, de acordo com Szmrecsányi (1984) e Gorender (1987), essenciais na mudança na estrutura da oferta de produtos agropecuários no Brasil, da primeira para a segunda metade do século XX.

A decisão de receber imigrantes provenientes da Europa data da fase ainda colonial, em decorrência de uma constatação de que o Brasil carecia de uma agricultura de abastecimento conduzida por homens livres. Se deu mediante um despacho de 22 de junho de 1729 por parte do Conselho Ultramarino, que recomendava o povoamento do Brasil com famílias de outras nacionalidades que não a portuguesa. No referido despacho constava que, [...]“se podiam conseguir casais estrangeiros, sendo alemães ou italianos e de outras nações que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses e franceses” (CENI, 2011, p.141).

Esta tomada de consciência se deu de forma mais nítida na corte do Príncipe Regente D. João VI que, em 25 de novembro de 1808, assinou um decreto permitindo conceder sesmarias a não portugueses. Diz-se que tal decreto visava acomodar interesses entre os agregados de Dona Maria I, Rainha de Portugal, nem todos portugueses. Entretanto, iniciativas concretas fundamentadas em leis e acordos internacionais só vieram a ocorrer durante o Segundo Império, sendo elas de cunho estatal e privado (MONTEAPERTO; FRANCO, 2008).

O primeiro decreto que autorizou a fundação de uma colônia com intuito de fixar no país núcleos de famílias estrangeiras não ibéricas, data de 16 de maio de 1818, do qual resultou a comunidade suíça de Nova Friburgo no Rio de Janeiro (CENI, 2011, p. 143). Constituiu-se em um marco na decisão de outorgar

a posse da terra no Brasil não somente a portugueses na forma de capitâneas. Contudo, esse primeiro decreto de 1818, não estimulou o fluxo migratório como se havia pensado, sobretudo depois do advento da Lei de Terras, de 1850, a qual transformou o acesso à terra dependente de herança fidalga ou de recursos monetários. O primeiro sistema de colonização agrícola visando fixar famílias na hinterlândia foi denominado Walkefield, o qual, segundo Ceni (2011, p. 144), [...] “consistia na distribuição aos agricultores de um lote de terra, ferramentas, animais e sementes e no pagamento de módicos subsídios para alimentação dos colonos no primeiro ano de trabalho.”

Contudo, somente a partir 1875, graças à iniciativa do então governador da Província do Rio Grande do Sul, José Antônio de Azevedo Castro, junto ao Imperador Pedro II, é que se intensifica a imigração não ibérica, por meio de colônias agrícolas que visavam criar comunidades de agricultores familiares. (MONTEAPERTO; FRANCO, 2008) (ARDUINI, 1925). Os acordos entre os reinos da Itália e do Brasil, definiam as regras de emigração e imigração, dentre elas o financiamento da viagem e uma ajuda inicial por parte do governo brasileiro. Esse modelo que teve início no Rio Grande do Sul, estendeu-se para outros estados como Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e, posteriormente, Minas Gerais e Bahia, sempre visando criar colônias de agricultores familiares.

A imigração italiana do tipo substituição do trabalho compulsório, por sua vez, dirigiu-se, principalmente, para a Província de São Paulo e tem início, oficialmente, em 1878³, encerrando-se antes do fim do século XIX com a crise da cafeicultura, desestimulando sua expansão. Embora o objetivo inicial fosse substituir mão de obra dos cafezais, sendo uma imigração de assalariamento, posteriormente, se transformou em intenso fluxo migratório para suprir a indústria e fomentar atividades intelectuais, artísticas etc. Os contratos entre os cafeicultores e os súditos italianos contemplavam a cessão de um lote para produção independente do imigrante, no qual ele podia também estabelecer uma oficina para exercer suas aptidões como marceneiro, ferreiro, sapateiro etc. Na visão de Pereira, (1964), Pereira (2000) e Hutter, (1987), esse “colonato das fazendas”⁴ levou à diversificação da agricultura paulista e ao surgimento de uma burguesia industrial, sem excluir as contribuições dadas ao mundo da ciência, da cultura e das artes.

O pioneirismo do Rio Grande do Sul na imigração de povoamento se explica, em parte, pelas ligações que o estado sulino tinha com a Itália em decorrência da participação de italianos como Zambecari, Garibaldi e Rossetti na República do Piratiny, a qual durou 10 anos, só cessando com o armistício firmado entre Caxias e Canabarro. Este reconhecimento ao papel dos italianos facilitou a

³ Algumas ordens religiosas e destacados cafeicultores já haviam, em pequena escala, introduzido imigrantes italianos na cafeicultura, desde 1829 (CENNI, 2011).

⁴ Segundo Hutter (1987, p. 11) trata-se de uma categoria criada por Pierre Monbeig (1984).

imigração para a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul por meio de acordos bilaterais que envolveram do lado italiano os imperadores Vittorio Emanuele II, Umberto I e Vittorio Emanuele III e como chefe de Estado Benito Mussolini, representando o Estado italiano e, do lado brasileiro, a participação dos presidentes da província José Antônio de Azevedo Castro e Antônio Augusto Borges de Medeiros e, posteriormente, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes e Arthur Bernardes, após a proclamação da República, representando o Estado brasileiro. Esses foram os acordos que asseguraram a imigração Itália para o Rio Grande do Sul de 1875 a 1925 (ARDUINI, 1925).

A Presença do Estado Italiano na Assistência Técnica à Agricultura de Além-mar

A presença de engenheiros agrônomos italianos no Brasil com o objetivo de dar orientação técnica aos colonos imigrantes italianos que ocuparam áreas despovoadas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo e outros se deu de forma significativa nas primeiras décadas do século passado. Por senso de responsabilidade com a agropecuária das suas colônias e com colonizações agrícolas no exterior, o governo italiano criou em 1906, por proposta de Gino Bartolomei Giolo, engenheiro agrônomo toscano, o Istituto Agricolo Coloniale (IAC). Posteriormente, quando a Itália perde as colônias do Norte da África, o IAC passou a ser denominado Istituto Agronomico Oltremare (IAO). O objetivo do IAC/IAO era capacitar os colonos italianos em agricultura subtropical e tropical, uma vez que eles provinham de regiões de latitudes acima de 40°. As atividades desse instituto contemplavam um centro de referência em agricultura subtropical e tropical, com pesquisas básicas e aplicadas, centro de documentação e publicações científicas em sua sede, em Florença, Itália, e as atividades de assistência técnica e extensão na África e na América (BAIARDI, 1996).

O público-alvo do IAC/IAO eram os colonizadores italianos na Líbia, Eritréia e Somália no norte da África, no curto período no qual a Itália pretendeu ser potência colonizadora antes da Segunda Guerra Mundial, e os colonos italianos que emigraram para a América do Sul, principalmente Argentina e Brasil. Nesse breve período, conhecido como *Dell' Agricoltura Coloniale*, de 1904 a 1944, o IAC/IAO tinha um quadro de cinquenta engenheiros agrônomos, a maioria deles trabalhando fora da Itália. Na sede, em Florença, além das referidas atividades de pesquisa básica e aplicada, também eram realizados experimentos em estufas para criar condições de aclimação semelhantes às regiões para as quais os colonos italianos iram povoar. A partir de 1930 as atividades do IAC/IAO se intensificaram na Argentina e Brasil e isso se deveu, em parte, ao fato de haver uma certa identidade entre os regimes ditatórias populistas da Itália, Argentina e Brasil (BAIARDI, 1996).

Segundo Baiardi (1996), as pesquisas e os relatórios do IAC/IAO não se circunscreviam exclusivamente às ciências agrárias, mas também às ciências sociais aplicada à agricultura, como economia e sociologia rurais. Eram também levantamentos de recursos naturais, como de solos, fontes de água, clima etc. Como a emigração para América era um programa do Estado italiano, os colonos imigrantes recebiam financiamento do *Istituto di Credito per il Lavoro Italiano all'Estero*. Fazia parte das atividades do IAC/IAO produzir relatórios das experiências bem-sucedidas dos colonos na agricultura subtropical e tropical para desfazer boatos de riscos e dificuldades enfrentadas, diante as ameaças dos *selvaggi* e da *giungla*, como relata Brunello (1994).

Um levantamento do acervo do IAO feito na sua sede em Florença, revelou, de acordo com o tema, um número expressivo de relatórios (193) de pesquisa, ver Tabela 1. Nenhum deles tinha semelhança com uma tese de doutorado. Contudo, revelavam uma qualidade técnica apreciável e uma preocupação permanente em fornecer elementos para tomada de decisão na gestão familiar da terra, combinando a produção para atender as necessidades dos membros da família com a produção visando atender o mercado. Este tipo de assistência técnica, que garantiu uma estabilidade da agricultura familiar nas áreas de colonização, talvez esteja faltando na maioria dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, ou seja o processo de transferência de conhecimento ocorrido nos assentamentos dos imigrantes italianos talvez pudesse ajudar na concepção da extensão rural nos assentamentos de reforma agrária (Tabela 1).

Tabela 1 - Acervo do Istituto Agronomico Oltremare sobre o Brasil.

Temas	Número De Relatórios
Levantamentos dos recursos naturais e considerações sumárias sobre o local	24
Levantamentos socioeconômicos e estudos relacionados com a imigração italiana no Brasil	66
Avaliações agro econômicas e recomendações sobre técnicas agropecuárias e agroindustriais referentes à diferentes lavouras	42
Diretrizes para colonização, planos e projetos de assentamentos	43
Documentos sobre a institucionalização da colonização	11
Outros estudos relacionados com a imigração italiana para o Brasil	7

Fonte: Caserta, 1996 a, b, c.

A pesquisa de Erdas (2006) não têm vinculação com a atuação passada do IAC/IAO, mas não significa que tenha sido menos importante. Ela se dá no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, uma Tesi di Laurea, cujo título é *La questione agraria in Brasile analisi della produttività delle aree di riforma agraria*, defendida em 2006 na *Alma Mater Studiorum Università di Bologna*, no Programa em Economia Política. A pesquisa teve no Brasil a orientação do prof. Amilcar Baiardi da Universidade Federal da Bahia e foi realizada com apoio da modalidade de bolsa concedida pela Azienda Regionale per il Diritto allo Studio, ARSTUD, Itália. As palavras-chave adotadas foram: produtividade; agrária; reforma; Brasil; Bahia.

Em termos de sistemática das áreas de conhecimento adotada pelas agências brasileiras de fomento à Ciência e à Tecnologia, a tese se situa na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, Área de Economia, sub Subárea Economias Agrária e dos Recursos Naturais. Quanto ao escopo e metodologia, a tese, após uma ampla revisão bibliográfica sobre a realidade brasileira e considerações sobre os imperativos de reformulação da estrutura agrária, estabelece uma comparação em termos de produtividade, rendimentos físicos por área, entre agricultores assentados e não assentados, avaliando a eficiência obtida em áreas de reforma agrária, no Sudeste (Vitória da Conquista) e Extremo-Sul (Prado) da Bahia. Erdas (2006) refletiu sobre a formação histórica brasileira e as condicionantes políticas e econômicas do processo agrário reformista, convergindo com pesquisadores nacionais que realizaram pesquisas empíricas quanto às dificuldades de implementação e consolidação dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. A pesquisa empírica se deu, por meio de entrevistas diretas com agricultores independentes e com os assentados pela reforma agrária.

A Repercussão na Itália da Tese de Davide Erdas

A tese de Erdas (2006) repercutiu na Itália, sendo praticamente desconhecida no Brasil. A primeira manifestação de interesse veio do *Comitato di appoggio al Movimento dei Senza Terra del Brasile*, Comitê de Apoio ao Movimento dos Sem-Terra no Brasil (MST), ente que foi instituído em Roma, em janeiro de 1997, por iniciativa de um grupo de ativistas italianos, ao tomar conhecimento da existência do MST durante o evento da Food and Agriculture Organization (FAO)⁵ “Cúpula Mundial de Alimentação,” que ocorreu em Roma em 1996. Na ocasião os simpatizantes da causa do MST instituíram o *Controforum sull'alimentazione del 1996* e foram influenciados pela originalidade, princípios organizacionais e métodos de luta do MST. O Comitê nasceu em Roma após o evento da FAO com o objetivo de divulgar, em primeira mão, o MST em toda a Itália. Inicialmente organizaram reuniões com seus representantes sobre os temas de reforma

⁵ A organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura é uma das agências da ONU cujo objetivo é erradicação da fome e combate à pobreza.

agrária, justiça, educação, realizaram campanhas de denúncia da violência sofrida pelos que lutam contra o latifúndio no Brasil, apoiaram e divulgaram os projetos do MST e mantiveram contato com todos os grupos que apoiavam o MST na Itália e na Europa.

Em 2004, a partir das iniciativas do Comitê, nasceu a Associação Amig@s MST-Italia, criada oficialmente em 15 de outubro em Quarrata (Pistoia), na via delle Poggiole 225. A Associação nasce com o objetivo de conectar e reunir grupos e indivíduos que em toda a Itália apoiavam o MST. Ao longo dos anos, a relação com o MST foi se consolidando cada vez mais por meio de intercâmbios e também graças ao trabalho de *networking* e coordenação de Serena Romagnoli.

As principais atividades desenvolvidas pela Amig@s MST Italia são as seguintes: 1) Divulgação na Itália de informações sobre o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, sobre sua forma de organização, instâncias de luta e propostas de transformação social; 2) Organização de campanhas solidárias e arrecadação de fundos para apoiar as lutas e iniciativas do MST; 3) Organização de encontros, iniciativas culturais e formativas sobre questões da terra, agroecologia, soberania alimentar, meio ambiente, educação e política brasileira e latino-americana; 4) Tradução do português para o italiano de documentos, materiais audiovisuais, artigos relacionados ao MST, à Via Campesina e aos movimentos populares brasileiros; 5) Apoio e recepção aos militantes brasileiros durante suas viagens e estadias na Itália; 6) Organização de intercâmbio entre Itália e Brasil de militantes, camponeses, operários, estudantes etc.; 7) Apoio aos movimentos camponeses italianos nas lutas pela afirmação e fortalecimento da agricultura camponesa, da agroecologia e contra o modelo do agronegócio e 8) Promoção da campanha pela lei da agricultura camponesa na Itália. (COMITATO AMIG@S MST ITALIA, 2023). A tese de Erdas (2006) foi amplamente debatida no âmbito da associação Amig@s MST Italia e inserida no seu site em caráter permanente.

A Contribuição da Tese de Erdas para o Debate Contemporâneo sobre a Reforma Agrária no Brasil

Uma ideia genérica e ampla do conteúdo da tese de Erdas (2006), pode ser dada pela estrutura da mesma, exibida abaixo, a qual se constitui em 195 páginas (Quadro 1).

Nas primeira e segunda partes a tese discorre uma caracterização do Brasil em termos físicos, históricos e socioeconômicos, iniciando pela expansão mercantil na Europa que levou às descobertas, passa pelos ciclos econômicos, industrialização, indo até o século XXI. No transcurso analisa a ruptura do pacto colonial, a construção do Estado nacional, as imigrações europeias, a industrialização com suas etapas, a estagnação na chamada década perdida

de 1980 e a retomada do crescimento econômico com as políticas neoliberais.
Quadro 1 - La questione agraria in Brasile analisi della produttività delle aree di riforma agraria.

O. Introduzione.
La prima parte è dedicata alla presentazione del sistema agricolo brasiliano: agricoltura di sussistenza, mista e specializzata. Effetti del sottosviluppo agricolo, nelle campagne e nelle città. La correlata dipendenza dal capitale straniero
<ol style="list-style-type: none"> 1. Geografia del Brasile. 2. Agricoltura di sussistenza, mista e specializzata. <ol style="list-style-type: none"> 2.0.1. L'innovazione tecnica del settore specializzato. 2.0.2. Economia duale e sottosviluppo. 3. La fuga dalle campagne verso le città. 4. Geografia del Brasile. 5. Agricoltura di sussistenza, mista e specializzata. <ol style="list-style-type: none"> 5.0.1. L'innovazione tecnica del settore specializzato. 5.0.2. Economia duale e sottosviluppo. 6. La fuga dalle campagne verso le città.
<p>Seconda parte: studio delle cause dell'arretratezza del settore agricolo.</p> <p>2.1. Una breve storia economica. Teoria della dipendenza. Il ruolo delle multinazionali e del settore dell'agribusiness</p>
<p>L'integrazione del Brasile nel sistema commerciale internazionale.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.1.2. La scoperta dell'oro e la migrazione europea. 2.1.3. Rottura del patto coloniale. 2.1.4. Il caffè e la fase di transizione. 2.1.5. L'industrializzazione per sostituzione di importazioni. 2.1.6. Il conflitto sociale del secondo dopoguerra: nazionalismo, comunismo e reazione conservatrice. 2.1.7. Il colpo di stato e l'apertura al capitale estero. 2.1.8. Il ritorno alla democrazia e la stagnazione. Il fenomeno delle favelas. <p>2.2. Le basi teoriche della riforma agraria.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.2.1. Le origini della concentrazione della terra nei paesi in via di sviluppo 2.2.2. La superiorità della conduzione familiare sulla grande proprietà: Una struttura analitica per l'evoluzione delle relazioni agrarie. 2.2.3. Sistema unimodale e bimodale nelle grandi proprietà 2.2.4. Schiavitù 2.2.5. Servitù 2.2.6. Lavoro forzato a scopo di rimborso di debiti o per delitti al patrimonio 2.2.7. Distorsioni economiche per l'abbassamento del costo del lavoro 2.2.8. Relazioni di produzione nei latifondi 2.2.9. Relazioni di produzione nel sistema agricolo capitalista 2.2.10. I rendimenti marginali crescenti della terra 2.2.11. La teoria e l'evidenza delle diseconomie di scala della terra <p>2.3. La concentrazione della terra in Brasile.</p> <p>2.4. La tesi neoliberale della redistribuzione di mercato.</p> <p>2.5. La riforma degli affitti.</p>
Terza parte: La riforma agraria.

- 3.1. Apresentação conceitual da reforma agrária. Distinção tra objetivos de eficiência e de equidade.
- 3.2. Objetivos de eficiência
 - 3.2.1. Objetivos econômicos.
 - 3.2.2. Objetivos sociais.
- 3.3. Objetivos de equidade: impactos de natureza política.
- 3.4. História internacional da reforma agrária.
 - 3.4.1. Reforma agrária precapitalista ou libertária.
 - 3.4.2. Reforma agrária estatalista ou centralista.
 - 3.4.3. Reforma agrária liberal.
- 3.5. História nacional da reforma agrária.
 - 3.5.1. O consolidamento legal dos latifúndios.
 - 3.5.2. 1945-1964: os movimentos sociais e o debate sobre a reforma agrária.
 - 3.5.3. A ditadura e a abertura ao mercado externo.
 - 3.5.4. Os fluxos migratórios e o fim da ditadura.
 - 3.5.5. A reforma agrária nos anos setenta: neoliberalismo e oposição social.
- 3.6. A reforma agrária na atualidade
 - 3.6.1. A centralidade da agricultura familiar.
 - 3.6.2. O Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003.
 - 3.6.3. A dotação de capital da reforma agrária.
 - 3.6.4. Os planos de desenvolvimento sustentável.
 - 3.6.5. A reforma agrária de mercado: o Programa Cédula da Terra.
- 3.7. Principais movimentos e organizações.

Quarta Parte: Estudo econômico das áreas reformadas

- 4.1. Os custos da reforma agrária
- 4.2. Análise da produtividade das áreas reformadas para diferentes bens agrícolas. Comparação com o restante do país.
- 4.3. A reforma agrária em Bahia
- 4.4. Análise da produtividade das áreas reformadas para diferentes bens agrícolas. Comparação com o setor especializado e com a pequena propriedade independente.
- 4.5. Indicadores socioeconômicos nas áreas reformadas. Verificação da capacidade de atender alguns requisitos (como alimentação, educação, saúde).
- 4.6. Comentários aos resultados obtidos. Perspectivas e problemas. Provavelmente os resultados não serão totalmente satisfatórios: explicação das possíveis causas.
- 4.7. Conclusões

Fonte: Erdas (2006).

Procede também uma análise da evolução política e dos conflitos sociais no século passado, a repercussão interna do advento do nazifascismo, a influência da Revolução Comunista de 1917 nos movimentos sociais, as lutas sociais no campo, o acirramento após a Segunda Guerra Mundial, a reação conservadora e o ciclo de governos militares. Na análise que faz da formação do mercado livre de mão de obra no período pós-abolição da escravidão e das relações urbano-rural, Erdas (2006) reporta-se às lutas sociais e sua organização seja por via de sindicatos e outras associações e como isso se intensifica em meados do século passado, ensejando saídas autoritárias nas quais a luta pela terra ficou

sufocada. Prossegue, analisando a democratização e as conquistas que levaram à reforma agrária a partir da década de 1990.

Em sua análise do Brasil propõe uma classificação dos estabelecimentos agropecuários em: de subsistência, misto e especializado, classificação essa, feita com base na comercialização/destino da produção e inserção em cadeias produtivas. Esta classificação, para Erdas (2006), se enquadraria no modelo de economia dual e subdesenvolvida com indícios de modernização na entrada do século XXI, mas ainda com indicadores de padrão de vida e de concentração de terra distantes dos países desenvolvidos. O autor explora as causas do Brasil ainda não haver ingressado no círculo dos países mais afluentes, entre elas, o processo de colonização e de formação da economia nacional com seus ciclos, a escravidão e a industrialização tardia, que contribuíram para exclusão social e para um domínio político por parte uma elite que se tornou funcional às relações internacionais de dependência.

Considera o autor que essa trajetória reforçou as vicissitudes para que não se avançasse em termos de desenvolvimento rural e estimulou a migração campo-cidade em um quadro no qual a indústria e os serviços não ofereceram oportunidades adequadas de absorção das populações deslocadas, levando a que, tanto o rural como o urbano, exibissem elevados indicadores de carências. Refere-se também às distorções econômicas pelo rebaixamento do custo de trabalho, às relações de produção no latifúndio e nas empresas patronais e a aspectos microeconômicos não muito abordados pelas pesquisas no Brasil, como o rendimento marginal da terra, evidências das deseconomias de escala, relacionando-a à origem da concentração de terra nos países em vias de desenvolvimento e às teses neoliberais de redistribuição da terra via mercado.

Na terceira parte, dedicada a reforma agrária, conceitua o processo e as bases teóricas que lhe dão sustentação, refere-se à superioridade da agricultura familiar vis a vis a agricultura em larga escala e propõe uma estrutura analítica para entendimento da evolução das relações agrárias. Aponta também os objetivos tanto econômico, sociais e políticos da reforma agrária, aborda as experiências internacionais e os contextos de suas execuções como revoluções, golpes de Estado, vitórias eleitorais e ocupações militares após a Segunda Guerra, seguidas de exigências de processos reformistas, ocorridos via parlamentos de novos governos democráticos. Neste particular, comparando os estilos de reforma agrária, Erdas (2006, p. 85) considera que as reformas agrárias mais bem sucedidas foram aquelas impostas pelos Estados Unidos nos países que foram cenário da Segunda Guerra Mundial, durante a ocupação militar norte-americana:

Alcune riforme liberali, compiute dentro di un regime di proprietà privata, hanno riscosso un grande successo in termini di produttività. In particolare, le riforme agrarie realizzate nel secondo dopoguerra in Giappone, Corea

del Sud ed Italia, hanno contribuito in maniera determinante al successivo sviluppo industriale, spezzando il potere economico delle rispettive aristocrazie fondiarie di origine militare (ERDAS, 2006 p. 85).

Algumas reformas liberais, realizadas num regime de propriedade privada, alcançaram grande sucesso em termos de produtividade. Em particular, as reformas agrárias levadas a cabo após a Segunda Guerra Mundial no Japão, Coreia do Sul e Itália contribuíram significativamente para o desenvolvimento industrial subsequente, quebrando o poder econômico das respectivas aristocracias fundiárias de origem militar (ERDAS, 2006 p. 85).

Retornando ao caso brasileiro, entende que o sentimento da necessidade de transformações agrárias sempre esteve presente em parte da sociedade. Isto teria ocorrido mesmo durante o período de desempenho favorável da economia, que se refletia no campo na denominada modernização conservadora, transformação de alguns latifúndios improdutivos em empresas, mas sem que a circulação monetária e os fluxos de financiamento proporcionassem o surgimento de um setor agropecuário com capacidade de exercer uma expressiva demanda por produtos industriais. O autor identifica que nas décadas de 1970 e 1980 o debate sobre a questão agrária se intensificou, mas que a assimilação ou apropriação de uma teoria da reforma agrária não ocorreu, plenamente, durante o referido debate. O mesmo também não foi convincente no que concerne à superioridade da organização familiar vis a vis a patronal. Erdas (2006) teve acesso às obras dos clássicos brasileiros que analisaram a formação histórica como Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Luiz Werneck Sodr e e Delfim Neto, a autores tamb em que se tornaram conhecidos por analisar com profundidade o rural brasileiro como Jos e de Souza Martins, Rodolfo Hoffmann e Jos e Graziano da Silva e outros que se notabilizaram, por defender a reforma agr aria como Alberto Passos Guimarães, Jos e Vinhas e Jos e Gomes da Silva.

A quarta parte   dedicada aos estudos econ micos das áreas reformadas. Em decorrência da vinda de Erdas para o Brasil haver se viabilizado por meio da coopera o entre a Universidade Federal da Bahia e a Universit  di Bologna, a avalia o do desempenho agrícola das áreas reformadas se deu no Estado da Bahia, em municípios que se encontravam em biomas diferentes: Vitória da Conquista no Semiárido (Caatinga) e Prado na Mata Atlântica. Erdas (2006) inicia analisando os custos da reforma agrária mediante os orçamentos anuais do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 2003 e, na sequência, procede uma análise agregada da produtividade das áreas reformadas para diversos produtos agrícolas, comparando para um grupo de lavouras, os rendimentos físicos obtidos pelos assentados, com as produtividades m dias nacionais e com os indicadores alcançados pelas pequenas propriedades independentes

da vizinhança. Avalia, a seguir, se os resultados em termos de rendimento físico são suficientes para satisfazer determinadas necessidades (como nutrição, educação, saúde). Ao constatar empiricamente que os resultados obtidos não revelaram um desempenho esperado das áreas reformadas, Erdas (2006) busca explicação das possíveis causas das insuficientes produtividades. Na época que Erdas realizou sua pesquisa de campo, eram escassos os estudos desta natureza, sendo que um deles, ao qual o autor da tese teve acesso, lhe pareceu estar influenciado pelo desejo de apresentar resultados positivos para os assentamentos, que foi o de Leite (2004).

A qualidade técnica das teses na Universidade de Bolonha exigiu uma rigorosa metodologia com definição precisa do objeto de pesquisa e procedimentos que garantissem a representatividade, o que Erdas (2006) realizou com sucesso.

O Papel da Reforma Agrária na Contemporaneidade

Ao discutir a oportunidade e a necessidade de realizar a reforma agrária no Brasil, Erdas (2006) manifesta uma concordância com Caume (2005) no sentido de que se já não se espera um efeito impactante em termos de desenvolvimento, cresce a convicção que a democratização do acesso à terra contribuiria para reduzir as desigualdades. De outro modo, a reforma agrária deverá assumir um caráter de ser pós desenvolvimento, deixando de estar centrada na busca de resultados econômicos para ter um foco na redução da exclusão e da pobreza no campo. No que tange à abordagem de Esquerdo e Bergamasco (2013), a qual realiza um balanço da política de reforma agrária brasileira nas duas décadas precedentes, defendendo a atualidade do tema e avaliando que não teria ocorrido a desconcentração fundiária, Erdas (2006) em sua tese também considerara que a reforma agrária continuava sendo necessária pois a conquista da terra possui significados que vão desde o resgate à cidadania até a melhoria da condição de vida, na medida em que os assentados se insiram no mercado e nas cadeias produtivas, com reflexos na aquisição de bens, produtos e serviços. Ou seja, a reforma agrária seria mais que uma política social, possuindo também um caráter de política econômica voltada para os segmentos sociais que desejam continuar no campo tendo, mediante esse instrumento de intervenção, a oportunidade de desenvolver projetos de vida, resgatando a dignidade de uma população historicamente excluída.

A sintonia com a obra de Nakatani *et al.*, (2012) por parte de Erdas (2006) também vai nessa linha de perceber que, no Brasil, o crescimento econômico se deu sem que houvesse substanciais mudanças na questão da propriedade fundiária. Analisando as características da ocupação do território, passando pela Lei de Terras de 1850 e por todo o processo de expansão econômica em cinco séculos, inclusive a industrialização no século XX, Erdas (2006), assinala

que a questão agrária não foi equacionada satisfatoriamente. Em que pese as políticas compensatórias, permaneceram as crescentes contradições sociais e econômicas, muitas vezes associadas à violência, verificadas no campo. Para Erdas (2006), em convergência com Nakatani *et al.*, (2012), é um imperativo retomar o olhar para a reforma agrária, em virtude da experiência bem-sucedida de outros países em reduzir a concentração de riquezas. No Brasil haveria que se ir além de programas compensatórios partindo-se da premissa de que a crescente desigualdade do modelo brasileiro é influenciada, em parte, pela questão agrária, entendida como um conjunto de inter-relações e contradições derivadas de uma estrutura fundiária altamente concentrada. Historicamente, essa concentração tem sido funcional a um modelo de crescimento econômico que, até recentemente, dependia de baixos custos de reprodução da força de trabalho. Como Nakatani *et al.*,(2012), Erdas (2006) defende uma heterodoxia na abordagem da questão agrária, que vá além da desapropriação de terras, contemplando outras medidas como assistência técnica, financiamento para aquisição de imóvel via cédula rural, apoio à comercialização etc. Em defesa da tese de uma abordagem heterodoxa, necessidade de medidas alternativas e complementares à concessão de terras, Nakatani *et al.*,(2012) chamam atenção para o fato preocupante de o número de famílias assentadas vir se reduzindo nos últimos anos.

Mattei (2014a, 2014b), em artigos publicados cerca de oito anos depois da defesa de Erdas, pontua concordância com a tese do pesquisador italiano em vários aspectos. Ao analisar as teses favoráveis à reforma agrária no Brasil, classifica-as em relação ao nível de abrangência, as com foco maior nos impactos sociais da reforma agrária e, em outro grupo, as que têm foco político. O autor vê a reforma agrária como um instrumento de combate ao latifúndio e indutor de reformas estruturais. Mattei (2014a) argumenta que, se por um lado, se pode relativizar o papel da reforma agrária como indutora de um amplo desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, como colocado no debate em meados do século passado, por outro, não se pode negligenciar o fato de se ter um universo de 3.775.826 estabelecimentos agropecuários que são geridos por agricultores familiares, a grande maioria deles com pouca terra e que se encontram fragilizados pois a “modernização conservadora” teria ensejado a expansão agrícola dentro de padrões empresariais, com exacerbação da desigualdade e da exclusão social.

A concordância de Erdas (2006) com Mattei (2014a, 2014b) se manifesta ainda no suposto de que a terra tem centralidade no processo produtivo e que é um equívoco supor que o capitalismo agrário do século XXI precisaria, apenas, intensificar o uso de tecnologias, uma vez que o aumento absoluto da produção não viria mais da incorporação de área ao processo produtivo

agrícola. Para ambos autores tal estratégia tecnológica não resolveria os problemas da exclusão social. Mattei (2014a) associa-se a pesquisadores do rural, entre eles Erdas (2006), que entendem que a reforma agrária ainda tem um papel importante a desempenhar nos rumos do desenvolvimento do país, especialmente em termos de auxiliar a equacionar o problema demográfico, bem como atuar tanto na esfera produtiva como na melhoria das condições sociais e econômicas das populações rurais fragilizadas uma vez que, não obstante as transformações ocorridas no meio rural, persiste uma questão agrária a ser resolvida para que se obtenha no país a democratização da propriedade fundiária. Ou seja, seria necessário combater as injustiças sociais e promover profundas mudanças visando a inclusão de todos os segmentos populacionais, instituindo um processo reformador de caráter econômico, social, político e ecológico.

Em uma passagem de sua tese, Erdas (2006) destaca o olhar heterodoxo das intervenções e a convicção de que a reforma agrária tem impactos a montante e a jusante do próprio assentamento, inclusive como possível modelo de organização produtiva:

Deconcentrare la proprietà della terra è una condizione necessaria, ma non sufficiente per la correzione dei problemi inerenti all'attuale struttura agraria. Una Riforma Agraria 'ampia' e sostenibile porta alla necessità di attingere magnitudine sufficiente per provocare modificazioni in questa struttura, combinata con azioni dirette ad assicurare la qualità degli insediamenti, per mezzo dell'investimento in infrastruttura sociale e produttiva ecc (ERDAS, 2006, p. 112).

A desconcentração da propriedade da terra é uma condição necessária, mas não suficiente para corrigir os problemas inerentes à atual estrutura agrícola. Uma Reforma Agrária 'ampla' e sustentável com necessidade de ter magnitudine suficiente para provocar mudanças nesta estrutura, combinada com ações destinadas a garantir a qualidade dos assentamentos, através de investimentos em infraestrutura social e produtiva etc. (ERDAS, 2006, p. 112).

É surpreendente perceber a argúcia do pesquisador italiano que com anterioridade de seis anos em relação à Nakatani *et al.*,(2012), sete anos em relação à Esquerdo e Bergamasco (2013) e cerca de oito anos em relação à Mattei (2014a, 2014b), já defendera a imperiosidade da reforma agrária na atualidade levando em conta a centralidade da agricultura familiar e as questões relacionadas à qualidade de vida e sustentabilidade ambiental no meio rural (ERDAS, 2006).

A Produtividade Agrícola nos Assentamentos e nos seus Entorno

A pesquisa comparativa de campo foi realizada entre os meses de outubro de 2004 e março de 2005 após identificação de dois conjuntos de estabelecimentos agropecuários que reuniam características comparáveis em termos de gestão familiar e estado da arte dos sistemas produtivos. Ambos os conjuntos eram formados por agricultores assentados e não assentados, todos com proximidade física e condições edafoclimáticas e de acesso a mercados semelhantes.

Tendo definido o objeto como os dois conjuntos formados por quatro subpopulações, Erdas (2006) estimou uma amostra probabilística com distribuição amostral aleatória, visando coletar dados que dessem uma ideia aproximada da intensidade do uso do solo e da capacidade de autossuficiência dos moradores. Na pesquisa, comparou-se os dados da produção dos assentamentos com os dados da pequena agricultura independente do entorno não pertencente à reforma agrária, conforme exemplo de Leite (2004). Desta forma, pretendeu-se fazer uma análise comparativa que levasse em conta as dificuldades que os moradores encontram para iniciar e desenvolver a produção, acessar os mercados e integrar as cadeias produtivas.

Erdas (2006) fez uma escolha epistemológica de não estabelecer uma hipótese de trabalho para que não fosse influenciado por ela no que concerne aos resultados finais que poderiam não combinar perfeitamente com os ideais e valores do pesquisador, declarados publicamente ou legíveis “nas entrelinhas” dos diversos documentos publicados. Preferiu explicitar claramente o objeto da pesquisa que era avaliar nas áreas de reforma agrária e circunvizinhas o comportamento dos sistemas produtivos comparáveis entre si quanto à escala e gestão produtiva no que tange à produtividade da terra, confrontando-as com as obtidas ao nível nacional.

Os resultados de campo de Erdas (2006), Tabela 2, não são diferentes de estudos mais recentes conduzidos por Mello (2007; 2016a; 2016b) e nem contradizem os dados apresentados por Bergamasco e Ferrante (1998) referentes às produtividades nos assentamentos da Região Sudeste, todos superiores aos assentados da Bahia:

La ricerca sul campo, in linea con le statistiche ufficiali dell'istituto nazionale di statistica, IBGE, i censimenti, come quello del 1998 e altre ricerche compiute dalle università (Leite et al., 2004), indica difficoltà da parte degli insediati ad avviare un'azienda agricola efficiente, che generi sovrappiù sufficienti per modificare il contesto economico di sottosviluppo. Nella maggior parte dei casi, le aree di riforma agraria riproducono gli stessi risultati produttivi dell'area circostante. Il contesto economico di arretratezza in cui generalmente nascono gli (ERDAS, 2006, p. 164).

A pesquisa de campo, em consonância com estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística, IBGE, censos, como o de 1998 e outras pesquisas realizadas por universidades (Leite et al., 2004), indicam dificuldades dos assentados em iniciarem um negócio agrícola eficiente, que gere excedentes suficientes para mudar o contexto econômico de subdesenvolvimento. Na maioria dos casos, as áreas de reforma agrária reproduzem os mesmos resultados de produção do entorno (ERDAS, 2006, p. 164).

Tabela 2 - Produtividades comparadas para um grupo de lavouras.

LAVOURAS	PRODUTIVIDADE MÉDIA NACIONAL em kg/há*	ASSENTADOS DO SUDESTE EM 1996 em kg/há**	PEQUENA PRODUÇÃO NÃO ASSENTADA DA BAHIA em kg/há***	ASSENTADOS DA BAHIA, em kg/há***
Mandioca	13 550	5. 483	3.210	620
Milho	3.430	1.944	1.400	380
Feijão	640	372	800	310

Fonte: Erdas, 2006***; Bergamasco e Ferrante, 1998**; IBGE.

As contribuições trazidas por Mello (2007; 2016a; 2016b) vão nessa direção, mostrar que as dificuldades de os assentados da reforma agrária prosperarem ou mesmo permanecerem na atividade de produtor rural, são as mesmas dos pequenos agricultores fora dos assentamentos. O autor acrescenta que os casos de assentados bem-sucedidos se explicam pela adoção de determinadas práticas objetivando inserção nas cadeias produtivas, produção mais especializada e aumento da área cultivada, mediante compra ou arrendamento de outros lotes, o que explicaria as produtividades mais elevadas observadas em assentamentos do Sudeste vis a vis Nordeste, segundo Bergamasco e Ferrante (1998). Mello (2017; 2020) avalia como uma das causas do baixo desempenho da pequena agricultura no Brasil os insuficientes serviços de assistência técnica e extensão rural. Aduz que, nos casos dos assentados, se tem como agravante a má operacionalidade do serviço público, concretamente, as tentativas malsucedidas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pôr em prática, executar os PNRA(s).

Considerações Finais

O artigo traz para exame um caso de cooperação acadêmica entre o Brasil e a Itália, da qual resultou um produto concreto, uma tese na modalidade láurea, defendida na Università di Bologna, cujo tema foi a questão agrária no Brasil e avaliação econômica da produção de assentados. Retornando à Itália, após

finalizar a pesquisa de campo, pressionado pelos prazos para concluir e defender a tese e para se inserir profissionalmente, o autor não teve oportunidade de divulgar sua obra no Brasil e nem se empenhou para publicá-la traduzida para o português em editora brasileira. Não obstante, graças ao intercâmbio internacional no âmbito da Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, o qual levou à criação de entidades de cooperação nas temáticas de acesso à terra, segurança alimentar etc., a tese de Erdas (2006) passou a ser conhecida, tornando-se uma referência na comunidade de pesquisadores e ativistas italianos para efeito de pesquisas, divulgação e outros desdobramentos, inclusive, manifestações de solidariedade de cidadãos italianos para com os problemas sociais relacionados ao meio rural no Brasil.

O relato dessa experiência de cooperação sugere que as agências de fomento à ciência e à tecnologia no Brasil estejam atentas para definir apoio às linhas de pesquisas, contemplando recursos como bolsas e financiamento a projetos de cooperação internacional sobre a realidade rural brasileira, que tem peculiaridades que despertam interesses de comunidades acadêmicas de todo o mundo: dualidade entre prosperidade e pobreza. De um lado, tem-se um país que gera excedentes expressivos em termos de produção agropecuária e que é recordista em termos de produtividade e cujos agentes prosperaram econômica e socialmente. Do outro lado, tem-se um país que continua exibindo indicadores elevados de pobreza no meio rural e que não se mostrou capaz de solucionar os desequilíbrios em termos de concentração de renda no campo.

Como vimos, Erdas concorda com diversos autores que discutem a questão agrária brasileira, na medida em que avalia como problemática a alta concentração de terra e, ao mesmo tempo, como central, uma política de reforma agrária. Curiosamente a percepção do pesquisador italiano se dá com anterioridade de seis anos em relação às contribuições de Nakatani *et al.*, (2012), sete anos em relação ao balanço sobre a reforma agrária brasileira elaborado por Esquerdo e Bergamasco (2013) e cerca de oito anos em relação aos artigos de Lauro Mattei (2014a, 2014b), publicados na revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), e na revista da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Em sintonia com todos eles, mas com precedência, Erdas (2006) enfatiza a imperiosidade da reforma agrária na atualidade levando em conta a centralidade da agricultura familiar e as questões relacionadas à qualidade de vida e sustentabilidade ambiental no meio rural.

Por outro lado, Erdas (2006), à semelhança de Mello (2007; 2016a e 2016b), preocupa-se com o desempenho econômico-produtivo dos assentados, avaliando-o na sua tese como não equivalente ao observado na pequena produção não assentada.

Referências

ARDUINI, Luigi (org.). **Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud**. Porto Alegre: Comitato Coloniale, 1925.

BAIARDI, Amilcar. A economia agrária brasileira na visão dos agrônomos viajantes italianos. In: **Anais...** Il Congresso Brasileiro de História Econômica. Niterói: ABPHE, 1996. p. 62-75.

BAIARDI, Amilcar. O ensino de história das ciências agrárias nas universidades. In: SOUZA, R. J. **Jornadas Científicas-Agronomia**. Guarujá: Editora Científica Digital, 2020. p.70-83.

BERGAMASCO, Sônia Maria P. P.; FERRANTE, Vera Lúcia, S. B. No reino da modernização: o que os números do censo da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, Benicio V.; MARINHO, Danilo N. C.; ROSA, Sueli, L. C. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora UNB, 1998.

BRUNELLO, Piero. **Pioneri, gli italiani in Brasile e il mito della frontiera**. Roma: Donzelli Editore, 1994.

CASERTA, Paolo. La documentazione inedita dell'Istituto Agonomico per l'Oltermare, i primi 500 fascicoli, **Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale**, v.90, n.2, 188-320, 1996a.

CASERTA, Paolo. Centro di documentazione inedita dell'Istituto Agonomico per l'Oltermare, I fascicoli de 501-1000. **Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale**, v.90, n.3, 389-472, 1996b.

CASERTA, Paolo. Centro di documentazione inedita dell'Istituto Agonomico per l'Oltermare, I fascicoli de 1001-1500. **Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale**, v.90, n.4, p. 552-653, 1996c.

CAUME, David J. Reforma agrária na contemporaneidade brasileira: novos termos para um velho debate. **Revista UFG**, v.7, n.1, p.14-17, 2005.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil, "Andiamo in Merica"**. São Paulo: Edusp, 2011.
COMITATO AMIG@S MST ITALIA, 2023. Disponível em: http://mst.org.br/comites_de_amigos/comitato-amigs-mst-italia/. Acesso em: 24 ago. 2023.

ERDAS, Davide. **La questione agraria in Brasile analisi della produttività delle aree di riforma agraria**. 2006, 195 páginas, Tese de Láurea. Bologna: Alma Mater Studiorum Università di Bologna., 2006. Disponível em: <http://www.comitatomst.it/erdas.htm> 2006. Acesso em: 10 de jul. 2023.

ESQUERDO, Vanilde F. de Souza; BERGAMASCO, Sonia Maria P.P. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciencia**, v.38, n.8, p.563-569, 2013.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. São Paulo: Mercado Aberto, 1986.

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v.27, p.59-73, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i27p59-73>. Acesso em:

LEITE, Sérgio Pereira. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MATTEI, Lauro. Teses favoráveis e contrárias à reforma agrária brasileira no limiar do século XXI. **Revista da ABRA**, Ano 35 v.1, n.2, p.93-112, 2014a.

MATTEI, Lauro. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.52, n.1, p.S105-S124, 2014b.

MELLO Paulo Freire. Produção agrícola em assentamentos rurais do Rio Grande do Sul: um estudo quantitativo comparativo. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 24, n. 1/3, 159-197, jan./dez. 2007.

MELLO Paulo Freire. **Pobreza e Desigualdade na Reforma Agrária: o caso dos assentamentos brasileiros**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016a.

MELLO Paulo Freire. As impossibilidades da reforma agrária brasileira. **Revista de Política Agrícola**, v.25, n.1, p.108-121. 2016b.

MELLO Paulo Freire. Mediadores da pobreza e a pobreza dos mediadores. **Revista de Política Agrícola**, v.26, n.4, p.104-117, 2017.

MELLO Paulo Freire. **Lógicas de ação no serviço público: uma análise plural do Incra**. Porto Alegre: edição do autor, 2020.

MONASTERIO, Leonardo, M.; EHRL, Philipp. **Colônias de povoamento versus colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu**. Brasília: IPEA, Texto para Discussão, 2015.

MONBEIG, Piere. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec / Polis, 1984.

MONTEAPERTO, Jacomino Antonio; FRANCO, Sandra Coelho (org.). **A história da imigração no Brasil**. São Paulo: Graphset, 2008.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n.110, p.213-240, 2012.

PEREIRA, Luiz. C. Bresser. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. **Revista de Administração de Empresas**, v.4, n.11, p.83-106, 1964.

PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, n.46, p.6-29, 2000.

SAMUELS, Warren J.; BIDDLE, Jeff E.; DAVIS; John B. **A companion to the history of economic thought**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970), O Brasil Republicano, Economia e Cultura. *In*: FAUSTO, B (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1984. Partes 1,2 e 4.